

Diversidade e identidades: fronteiras e tensões culturais no espaço urbano

Fayga MOREIRA¹
José Márcio BARROS²

RESUMO: O artigo reflete sobre a relação entre os espaços urbanos, as identidades culturais e a diversidade. Parte-se da ideia de que a cidade não é um mero aglomerado de grupos socioculturais e, sim, lugar de produção constante de novas diferenças e novas memórias. Vislumbra-se, assim, uma função subjetiva das cidades, assentada na dinâmica irrefreável de contrastes, diálogos e deslocamentos próprios do urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Identidade cultural. Diversidade cultural.

Diversity and identities: frontiers and cultural tensions in the urban space

ABSTRACT: The article discusses the relation among urban spaces, cultural identities and diversity. It starts with the idea that the city is not a mere whole of socio-cultural groups, but a place of constant production of new differences and new memories. Thus, it emphasizes a subjective function of cities, based on unstoppable urban dynamic of contrasts, dialogues and displacements.

KEYWORDS: City. Cultural identity. Cultural diversity.

Referências iniciais

A cidade, mais do que lugar onde se edifica a vida urbana, configura-se como um espaço de trânsito e interação de subjetividades. Sua compreensão, portanto, demanda, para além da apreensão de sua arquitetura e seus modelos urbanísticos, o reconhecimento e entendimento dos sentidos de seus inúmeros fluxos interativos. Assim pensada, a cidade deixa de ser tratada como aglomerado de edificações, transformando-se em processos de subjetivação deflagrados nos e por meio dos espaços urbanos.

As cidades emergem historicamente instaurando um espaço de deslocamento. Fernand Braudel mostra como a cidade surge numa situação

¹ Doutoranda do Pós-Cultura, UFBA. Mestre em Comunicação e Cultura, UFRJ. Colaboradora do Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: faygamoreira@gmail.com

² Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor da PUC Minas e da UEMG. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural e membro da Rede de Estudos em Políticas Culturais (REDEPCULT). E-mail: josemarciobarros@gmail.com

de grande *turnover*, imensa desterritorialização – deslocando tradições, provocando fluxos de imigrantes, criando todo um meio propício ao movimento. (CAIAFA, 2002, p.18).

Tais deslocamentos e fluxos encontram na diversidade cultural dos grupos que transitam pelas cidades matéria prima que lhe dá vitalidade e dinâmica. Pesquisar a cidade significa, para além da compreensão de sua materialidade normativa, colocar-se à disposição de suas realidades, e buscar captar suas diversas faces e vozes. Como fenômenos socioculturais e práticas comunicacionais datadas e ressignificadas por seus sujeitos, seus usos e apropriações, os espaços da cidade são como corredores polifônicos, espécie de *palimpsestos* e caixas sonoras, em que a vida urbana se inscreve e se desenrola. As cidades são camadas de escritas e sonoridades sobrepostas e em constante mutação. Afinal, o espaço urbano,

[...] além de ser constituído por vias e edifícios, é atravessado por redes que não estão ali o tempo todo, elas se materializam no espaço cotidiano da cidade quando são acionadas pelos sujeitos e se desfazem passando a existir como virtualidade ou potência, quando não estão em uso. (FONSECA; SILVA, 2008, p.2).

A reflexão que faremos ao longo do texto tentará mostrar as relações entre a dinâmica irrefreável própria do urbano e o par diversidade – identidade cultural.

A cidade como lugar e espaço de memórias e identidades

A memória se faz na tessitura do simbólico e está relacionada a processos e práticas culturais. Cultura entendida aqui tanto em seu sentido antropológico – o que pressupõe que todas as formas de intervenção material ou simbólica do ser humano são culturais – quanto em seu sentido sociológico – entendido como a dimensão em que a cultura torna-se mais especializada, na qual se constrói um “conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas [...]” (BOTELHO, 2001, p.2).

Ao recolher fragmentos essenciais para a reconstrução e a manutenção presente e futura das identidades culturais, lembrança e memória agem, contudo, diferentemente. A lembrança é a sobrevivência do passado, que emerge à consciência na forma de imagens-lembranças. A sua forma pura estaria, como afirma Bergson (apud BOSI, 1994), nos sonhos, e em sua forma “impura” em nossas máquinas fotográficas e câmeras portáteis. São

acontecimentos isolados, que promovem a “ressurreição” do passado, do acontecido, caracterizando-se pela sua singularidade evocativa.

Por outro lado, a memória pode ser definida como um hábito, ou seja, como um mecanismo motor e cultural, cotidianamente presente na vida de indivíduos e grupos. Ela é depositária dos valores culturais estruturantes das práticas sociais necessárias ao convívio em grupo, da qual não se pode falar de forma isolada ou descontextualizada, mas sempre em termos de “quadros sociais da memória”, referentes às classes sociais, grupos de socialização, trabalho, etc.

Inscrita na cultura, e produtora de processos culturais, a memória aglutina os processos de identidade e identificação. Neste sentido, é sempre um refazer, reviver, repensar com imagens, conceitos, práticas, objetos e idéias. Entendida como trabalho de reconstrução do passado, de ressignificação do presente e antecipação do futuro, a memória consolida-se como “um trabalho sobre o tempo e no tempo” (CHAUÍ apud BOSI, 1994).

A memória, como enfatiza Maurice Halbwachs (1990), aflora por meio de valores demandados pelo presente. Dito de outro modo, a memória já emerge atravessada por uma complexidade de reconstruções: não só os quadros sociais de hoje conduzem as lembranças, mas também o que Ecléa Bosi (1994) chama de “universos de discurso” – esquemas de narração e interpretação dos fatos que autorizam uma imagem consagrada do grupo.

A memória, então, não é algo que fica latente e armazenada em algum misterioso espaço de nosso inconsciente. Ela é dinâmica e está em constante reconstrução. Maurice Halbwachs (1990) foi o primeiro sociólogo a defender a impossibilidade de reviver o passado tal e qual ocorreu, pois o conjunto de nossas ideias atuais, a posição que ocupamos no ato de rememorar, interfere no conteúdo da memória. A memória é afetada, ainda, pelo olhar, cheiro e sabor sentidos no presente, de modo que uma falta observada no agora pode pinçar o que convém do que já se passou. Uma ilusão de repetição pela qual somos atravessados nos faz crer que podemos rever ou reviver o passado exatamente como ele ocorreu.

A partir do momento em que uma tradição da memória começa a desvanecer, torna-se preciso criar marcos para ancorar as lembranças; surge a necessidade de corporificar a memória em certos locais onde um “sentido de continuidade” permanece (NORA, 1984).

Esses “lugares de memória” afloram na medida em que não existem mais contextos reais de memória, mas, uma progressiva exteriorização das lembranças, aprisionadas e cristalizadas em arcaibouços sígnicos. Esses “lugares de memória” se espalham pelas cidades, em seus museus, monumentos, centros históricos.

Inúmeros discursos são evocados e participam desse processo de “enquadramento da memória” (POLLACK, 1989): a força da rememoração é mediada e dissolvida por inúmeras estratégias de objetivação, formando uma espécie de puzzle que enquadra o passado de acordo com as demandas do quadro sociocultural do presente. Memória que se torna mais uma aliada para a conformação de uma identidade para os grupos culturais.

A cultura realiza-se quando incorporada e tornada identidade. Nessa linha de raciocínio, é possível afirmar que não existem culturas estáticas; existem, sim, sociedades em que o lembrar ocupa uma centralidade estruturante e outras em que a memória possui menor pregnância do passado, caracterizando-se pela multicentralidade. Lembrar e esquecer são, no entanto, dois momentos de toda e qualquer cultura. (BARROS, 2009, p.28)

Assim, podemos ensaiar uma distinção entre sociedades / grupos tradicionais e aquelas apoiadas em uma “cultura da mudança”³. As primeiras estão ancoradas na permanência e se utilizam do passado como centro configurador de sentidos. Já nas outras, o presente e o futuro são os centros estruturadores das identidades. Para além das polaridades e oposições extremas, a cultura tem que conviver com uma tensão contínua entre mudanças e permanência, dois elementos fundamentais para se entender a diversidade, pois se é a permanência que garante que línguas, conjuntos simbólicos, ritos, fazeres e saberes culturais não sejam extintos, é também a mudança que garante os devires no campo da criação e experimentação nas culturas e entre as culturas.

No espaço citadino, os choques, diálogos e entrecruzamentos entre memórias, valores e discursos dissonantes, proporcionam uma maior interpelação subjetiva e cultural, tornando esse par identidade - diversidade ainda mais implicado um no outro.

Os conceitos de “molar” e “molecular”, como definidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), apresentam-se não como modelos imutáveis e bem definidos, mas como planos coextensivos, que podem nos ajudar a compreender a cidade de linhas e fluxos, de subjetividade e trocas informacionais.

A cidade das referencialidades múltiplas

A multiplicidade própria aos deslocamentos e encontros do espaço urbano produz um amálgama ininterrupto entre essas dimensões. A cidade pode ser vista como um “plano de

³ Essa distinção é apresentada de forma mais aprofundada no artigo “A diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão: por uma cultura da mudança” (BARROS, 2009).

coengendramento e criação”, no qual identidades múltiplas se fazem, desfazem e refazem a todo instante. Espaços produzidos por relações que não cessam de produzir sentidos, o urbano desnaturaliza identidades, embora seja povoado por elas.

É nesse sentido que entendemos que a cidade é atravessada tanto por linhas (composição molar) quanto por fluxos (relativos ao plano molecular). Essa distinção entre molar e molecular, longe de assinalar uma dicotomia, apresenta-se apenas como um dualismo metodológico que não pressupõe modelos: “[...] embora haja uma distinção entre as linhas molares e os fluxos moleculares, não há uma separação entre os dois planos, e sim, um prolongamento do segmento/linha em fluxo, convertendo-se mutuamente um no outro” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p.300).

A ideia de um plano coletivo, nesse sentido, não se reduz ao social totalizado nem a um conjunto de relações interindividuais ou grupais, mas funciona como um agenciamento impessoal, no qual se dá o coengendramento entre pessoas na cidade e pessoas e cidade: “[...] agenciar-se com alguém, com um animal, com uma coisa – uma máquina, por exemplo – não é substituí-lo, imitá-lo ou identificar-se com ele: é criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois [...]” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p.303).

Nesse plano coletivo em que se produzem os processos de subjetivação que colocam em jogo um rico e heterogêneo universo de materiais (simbólicos, discursivos, imagéticos) não existe uma cidade estagnada porque os próprios segmentos “duros” são atravessados por devires: “há sempre uma flexibilização, um regime micropolítico e molecular” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p.301) que coexiste com o plano molar. Isso significa, inclusive, que a própria cartografia urbana é formada por uma estrutura arquitetônica pouco flexível, mas que comporta uma série de microdevires contingenciais, o que não autoriza a pensar a cidade como algo totalizável e imutável em qualquer tempo-espaço. Basta pensar que uma simples mudança de olhar operada por um discurso ou por uma intervenção artístico-cultural pode alterar o significado que patrimônios materiais ou imateriais ganham ou perdem na dinâmica irrefreável das cidades.

Do mesmo modo, não existem grupos culturais imutáveis, nem identidades estáveis, exatamente porque a produção subjetiva é processual e está sempre em desequilíbrio. O que torna uma pessoa ou grupo, então, diferentes dos demais é o entrecruzamento do material coletivo (que envolve, é bom lembrar, componentes afetivos, linguísticos, urbanísticos, das mídias, do poder, etc) que assume, em cada um, um arranjo particular.

Guattari (2005, p.39) observa que a subjetividade é formada por “agenciamentos coletivos de enunciação”, que colocam em questão inúmeras instâncias, não correspondendo “nem a uma entidade individuada, nem a uma entidade social predeterminada”. A fixação de uma identidade para um grupo em muitos momentos mostra-se modelada e precária, já que não permite vislumbrar a pluralidade de agenciamentos coletivos que participam da dinâmica cultural ali processada. O resultado disso é uma identificação ancorada em antigos problemas e pouco aberta para a criação de novos universos de referência.

É interessante observar como é esse etos que fundamenta a construção e implementação de políticas e projetos culturais. Essa identificação é que marca a diferença entre grupos e sociedades e permite falar em diversidade. É sempre mais fácil sustentar um modelo representacional, mesmo que esvaziado, já que ele pode trazer a sensação de segurança e poder diante de qualquer “alteridade”. Contudo, tratando-se de políticas e projetos, essas identidades devem sempre permanecer abertas para novos processos de singularização culturais embrionários nos grupos ou entre os indivíduos em questão, a fim de que tais ações não corram o risco de travar as mudanças próprias das culturas em nome de uma permanência nem sempre compatível com o desejo dos envolvidos.

Nas cidades, os encontros entre tradição e inovação, permanência e mudança, fixações e fluxos, têm mais condições de acontecer, pois elas produzem uma percepção de mundo cada vez mais marcada pelas experiências da simultaneidade, da fragmentação, da interatividade e da conectividade. Entretanto, boa parte desta experiência cultural tende a ser conformada pela indústria do entretenimento e do lazer e sua lógica é mercantil. Os processos subjetivos deflagrados na e pela cidade possuem, portanto, uma singular contradição. Sujeitos cada vez mais multiperceptivos e pluri-enunciativos, mas cuja percepção e enunciação se fazem cada vez mais na e através da indústria cultural.

As cidades não desaparecem, as culturas não se fundem, e a vida contemporânea, a despeito de tantos pontos e zonas de intercessão, sobreposição e aproximação, não se reduz a um universo indiferenciado. Muito pelo contrário. Os investimentos simbólicos sobre o espaço urbano continuam, como sempre o foram, produtores de diversidades, lugar de vários lugares. Uma cidade colagem, uma cidade *sampleada*.

A cultura urbana nos convida à tarefa de dissecar sua referencialidade múltipla, sua característica imanente de informar e comunicar através de uma profusão de signos presentes em sua materialidade urbanística, em sua poesia urbana, em seus sons, rumores, em suas luzes e sombras, em seus personagens e em suas paisagens. Produtora e produto de processos

culturais e comunicacionais sempre plurais, a cidade pode ser pensada como uma superfície hipersensível onde sujeitos, cenários, coreografias, falas e discursos se desenrolam.

Nos diferentes espaços da cidade, sujeitos portadores de identidades simultaneamente convergentes e contrastivas, realizam trocas e ativam processos de comunicação. Para além de sua configuração através das fronteiras, dos espaços de circulação e de suas edificações, a vida na cidade forma e é formatada por “corredores semânticos”, para usurpar um conceito de Blikstein, ou seja, uma sociabilidade urbana diversificada, portadora de uma vitalidade sócio - significacional complexa e muitas vezes desconhecida.

Como afirma Janice Caiafa, as cidades são marcadas por operações singulares de exteriorização, movimento e troca.

Historicamente, as cidades surgem provocando o povoamento espacial e a produção de espaços públicos. A ocupação coletiva gera heterogeneidade, de alguma forma misturando os habitantes e em diferentes graus desagregando os meios fechados e familiares. Há um trânsito que marca as cidades e que implica também certas formas de comunicação e de produção subjetiva. Tais experiências certamente se deixam afetar pelas novas formas da produção comunicativa. (CAIAFA, 2002, p.124).

A comunicação nas cidades não se realiza somente através das mensagens veiculadas em sua superfície material imagética e sonora, mas também e, sensivelmente, nos processos de subjetivação que desencadeia. Novamente, com Janice Caiafa, pode-se afirmar que “[...] as engrenagens urbanas nos interpelam, ativando afetos, modelizando focos subjetivos. As cidades se definem em grande parte [...] pelos processos subjetivos que deflagram [...]” (CAIAFA, 2002, p.198).

A dinâmica cultural das cidades, de fato, afeta consideravelmente os processos de subjetivação dos sujeitos: não como uma linha “dura” e unívoca – como sugerem muitas representações que vislumbram certa identidade para os espaços urbanos – mas como um perfil instável e processual que delinea “uma determinada figura de subjetividade” (ROLNIK, 1997b). Ou ainda, como uma constelação que se desfaz ou sofre um rearranjo ao mínimo contato com novos diagramas de força.

Faz-se necessário, então, explicitar o que está se considerando como “ideal identitário”. Embora embarquemos em inúmeros devires ao longo da vida, proporcionados pela constante interação com experiências múltiplas e com a multiplicidade própria dos diferentes grupos sociais, conseguimos traçar uma história, a fim de preservar certa identidade para nossas vidas. Essa sensação de continuidade por certo é ilusória, mas persistimos em

uma referência identitária devido a uma intolerância generalizada aos vazios de sentido que a constante desestabilização pode nos proporcionar (ROLNIK, 1997b). A cada momento somos transformados pela força do presente (sempre novo) e ainda que tenhamos a necessidade de reafirmar uma integridade, isso só é possível negando os fluxos e a potência do acaso e das experiências cotidianas que nos tornam “outro”.

Esse ideal identitário não se limita ao âmbito individual, colocando-se como fundamento para a legitimação e perpetuação dos grupos sociais. Muitos estudiosos já abordaram, por exemplo, a ilusão e a violência que existem por trás da afirmação de uma identidade nacional. Em vista de uma pluralidade de grupos, com interesses e histórias heterogêneas, faz-se necessário a força do Estado para instituir uma suposta unidade e coesão à multiplicidade, que passará a se organizar como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1983). Essa identidade nacional será construída por meio da homogeneização de certos traços dos grupos e da rejeição de tantas outras características culturais tão fortes quanto as selecionadas. Para legitimar essa identidade abstrata, o Estado se utiliza do seu potencial repressor, além de estratégias mais simbólicas como a criação de um mito de origem, de uma história coerente e de datas comemorativas e feriados nacionais.

A multiplicidade de grupos, todavia, não deixa de existir. Pelo contrário, muitos deles passam a pressionar o governo para que seus direitos (e sua diferença) sejam reconhecidos também como legítimos. Para tanto, as pessoas se organizam em torno de uma identidade, construída em nome de uma história em comum. Essa identidade tampouco é genuína, obedecendo a um reducionismo tão forte quanto aquele estatal. Contudo, é essa sensação de unidade e pertencimento, proporcionados por uma determinada identidade que garantem uma intervenção política, social e cultural em determinados momentos.

Suely Rolnik (1997a) sugere que a insistência em um referencial identitário por diversos grupos sociais marginalizados, por exemplo, apesar de ser considerada politicamente correta, constitui-se em um falso problema. Isto porque é a própria figura da identidade que deve ser flexibilizada, a fim de substituir uma postura conservadora e “endurecida” por processos de singularização, capazes de criar novas possibilidades de existência, de vivenciar o mundo.

Existe, então, um entrecruzamento entre o processo ininterrupto de produção subjetiva e a tentativa de instaurar uma imagem “endurecida”. Essas estratégias de brechar o fluxo e voltar a uma identidade local, cultural, como ressalta Rolnik (1997b), necessariamente malogram. Contudo, “o estrago está feito: neutraliza-se a tensão contínua entre figuras e

forças, despotencializa-se o poder disruptivo e criador desta tensão, brecam-se os processos de subjetivação. Quando isto acontece, vence a resistência ao contemporâneo” (ROLNIK, 1997a, p.4).

A identidade é, então, tanto um marcador de pertencimentos quanto um dispositivo móvel de referencialidades. Não é a cidade diversa que transforma a identidade em algo fluido e diverso, mas é a cultura que altera a ambas e permite que tenhamos esse paradoxal processo na cidade e na memória – revelando, no mesmo jogo, pertencimentos e trocas.

Se a identidade cultural de um grupo ou indivíduo, se os significados de suas tradições, de suas práticas e hábitos culturais, só podem ser pensados a partir do sistema de representação a que pertencem, este resulta de um singular processo de troca entre universos cada vez mais intercambiáveis, resultado de complexas interações e negociações simbólicas. Complexidade que tem na cidade o *locus* privilegiado para dinamizar encontros, contrastes e diálogos diversos. Por isso, é nessa cidade cheia de retalhos que a questão da diversidade cultural coloca-se como interesse fundamental para a construção de políticas públicas.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1983.

BARROS, José Márcio (Org.). **As mediações da cultura**: arte, processo e cidadania. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr. / jun. 2001.

CAIAFA, Janice. **Jornadas urbanas**: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1997.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia Estudos**, Maringá, v. 10, n. 2, p.295-304, 2005.

FONSECA, Cláudia da Graça; SILVA, Regina H. Alves da. **Cartografias urbanas**: lugares, espaços e fluxos comunicativos. In: **ENECULT**, 4., 2008, Salvador. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14401-02.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

GUATTARI, Félix. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (Org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. p.23-43.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

ROLNIK, Suely. **Toxicômanos de identidade**: subjetividade em tempo de globalização. São Paulo, 1997a. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suelyrolnik>>. Acesso em: 15 out. 2006.

_____. **Uma insólita viagem à subjetividade**: fronteiras com a ética e a cultura. São Paulo, 1997b. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suelyrolnik.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2006.